



7^{mo}
Congreso de
Medio Ambiente

Actas 7mo Congreso de Medio Ambiente AUGM
22 al 24 de mayo de 2012. UNLP. La Plata Argentina

PARA ALÉM DO PARADOXO DE GIDDENS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TRÍADE NATUREZA, MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

**Beyond the Giddens's Paradox: the social construction of the triad nature,
environment and environmental preservation**

Gabriel Alarcon Madureira*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos,
Rodovia Washington Luís Km 235. São Carlos, São Paulo – Brasil, ppts@ufscar.br.

* gabriel_madureira@yahoo.com.br

Palavras-chave: sociologia ambiental, Anthony Giddens, crise climática, sociologia rural

Keywords: environmental sociology, Anthony Giddens, climate crisis, rural sociology

Título breve: Construção social da tríade natureza, meio ambiente e preservação

ABSTRACT

Reports of the IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) point to a variety of possible scenarios of global climate change if the emission levels of gases causing the greenhouse effect maintain the current pace. This network of scientists, environmentalists and political actors, alert to the possibility of widespread water resources shortages, the reduction in agricultural income and food production, the Amazon system collapse, the tropical forests extinction, the large glaciers melting, the biodiversity crisis, the rising temperatures and the spread of extreme weather events and, consequently, the transformation of considerable human contingent on environmental refugees. Why do not we do anything? One of the explanations for the absence of concrete actions of individuals in relation to the environmental crisis is precisely Giddens's Paradox, which postulates that by a series of explanatory factors characteristic of post-traditional societies, political and usual actions will only be carried out when there is no possibility of significant anthropogenic influence on climate change events. The perspective of this research seeks to critically examine this explanatory category through an empirical research in the city of Brotas (São Paulo, Brazil) which works with a approach where the conceptions of nature and environment are social constructions locally located and originated by social distinction process performed by agents in specific contexts. The existence of the environmental ethos, of the concern about the crisis of ecosystems, and of the lack of practical action in relation to discussions of climate change should be linked to territorial dynamics, to political, economic and social arrangements of certain localities, to the differentiation processes between social classes, and to the an interactional complex of identities construction.

RESUMO

Relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas) apontam para uma variedade de cenários possíveis de mudança climática global caso os níveis de emissão de gases geradores do efeito estufa mantenham os atuais ritmos. Esta rede de cientistas, atores políticos e ambientalistas, alerta para a possibilidade de escassez generalizada de recursos hídricos, de diminuição do rendimento agrícola e da produção de alimentos, de colapso do sistema amazônico,

de extinção definitiva das florestas tropicais, de derretimento das grandes geleiras, de crise da biodiversidade, de aumento das temperaturas, de proliferação de eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, de transformação de considerável contingente humano em refugiados ambientais. Por que não fazemos absolutamente nada? Uma das explicações acerca da ausência de ações concretas dos indivíduos em relação à crise ambiental é justamente o Paradoxo de Giddens, o qual postula que por uma série de fatores explicativos característicos de sociedades pós-tradicionais, as ações políticas e cotidianas só serão levadas a cabo quando não houver mais possibilidade de influência antropogênica relevante nos eventos de mudança climática. A perspectiva da investigação procura analisar criticamente essa categoria explicativa através da percepção de que as próprias concepções de natureza, meio ambiente e preservação ambiental são construções sociais situadas localmente e originárias de lutas classificatórias e de distinção social desempenhadas por agentes localizados em contextos específicos. A existência ou não de um ethos ambiental, a preocupação com a crise dos ecossistemas, a ausência de ação prática em relação aos debates de mudança climática, devem ser vinculadas às dinâmicas territoriais, aos arranjos políticos, econômicos e sociais de localidades determinadas, a processos de diferenciação entre classes, a todo um complexo interacional de construção de identidades situadas.

INTRODUÇÃO

Preservação da natureza, meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade são temas que vêm dominando a agenda política deste início de século XXI. Relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas) apontam para uma variedade de cenários possíveis de mudança climática global caso os níveis de emissão de gases geradores do efeito estufa mantenham os atuais ritmos. Esta rede de cientistas, atores políticos e ambientalistas, alerta para a possibilidade de escassez generalizada de recursos hídricos, de diminuição do rendimento agrícola e da

produção de alimentos, de colapso do sistema amazônico, de extinção definitiva das florestas tropicais, de derretimento das grandes geleiras, de crise da biodiversidade, de aumento das temperaturas, de proliferação de eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, de transformação de considerável contingente humano em refugiados ambientais (Giddens, 2010).

¿Por que não fazemos absolutamente nada? A pergunta em si já implica em imposição de responsabilidade, já transborda inferência prepotente na ação individual, já julga, condena, pressupõe omissão, negligência, insensibilidades. Há uma multiplicidade de problemas complexos que são ignorados para que seja possível a continuidade, a rotinização, o desempenho do cotidiano, o comparecimento regular às esferas do trabalho, da educação, da sociabilidade. Emerge como dilema contemporâneo a inexorável atuação em uma sociedade pluridimensional, onde o engajamento, a preocupação social, a participação política e o senso crítico estabelecem relação dialógica e fluída com a impossibilidade, com a intangibilidade e com a incapacidade de ação.

Uma das explicações acerca da ausência de ações concretas dos indivíduos em relação à crise ambiental é justamente o Paradoxo de Giddens, o qual postula que por uma série de fatores explicativos característicos de sociedades pós-tradicionais as medidas políticas e cotidianas – ações macro e microssociais - só serão levadas a cabo quando não houver mais possibilidade de influência antropogênica relevante nos eventos de mudança climática.

A perspectiva da investigação procura analisar criticamente essa categoria explicativa através da percepção que as próprias concepções de natureza, meio ambiente e preservação ambiental são construções sociais situadas localmente e originárias de lutas classificatórias e de distinção social desempenhadas por agentes localizados em contextos específicos e, mais do que isso, estão no cerne de um amplo processo de ressemantização dos espaços rurais.

MARCO TEÓRICO

Quais são os responsáveis por esta crise ambiental e quais são os agentes que devem agir para resolvê-la? Anthony Giddens (2010) aponta que o enfrentamento da questão ambiental passa por uma política da mudança climática que construa como prioridade a redução das emissões de carbono em todas as esferas da atividade humana através de uma convergência econômica e política, em níveis institucionais locais e globais (Martins, 2011). De fato, como perspectiva dessa abordagem, esta transposição do problema para a agenda política pode ser caracterizada como a primeira onda de uma nova postura diante do meio ambiente e da sustentabilidade, a qual deverá ser seguida por uma segunda onda que “(...) deverá envolver sua introdução em nossas instituições e nas preocupações cotidianas dos cidadãos (...)” (Giddens, 2010, p 22).

Ora, estamos todos inseridos em uma complexa sociedade de consumo de bens e serviços materiais e imateriais, baseada na produção e queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão), reproduzindo e reelaborando constantemente essas mesmas estruturas energéticas. A questão fundamental que se coloca é que existe um verdadeiro abismo entre a vida cotidiana desempenhada pelos indivíduos e essas possibilidades catastróficas do futuro, esquema o qual se apresenta, na perspectiva

sociológica adotada, como o Paradoxo de Giddens: “(...) visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medida sérias será, por definição, tarde demais” (Giddens, 2011, p 20,).

Em síntese, existe um reconhecimento das possíveis consequências do aquecimento global e de seus status como uma ameaça catastrófica, entretanto não se verifica alteração substancial nas práticas cotidianas em relação a esse conjunto de enunciados. O Paradoxo de Giddens compreendido como a negligência, a falta de ação, ou como apatia diante da crise ambiental emerge como conceito a partir de quatro indicadores explicativos: a) fadiga da atenção; b) desconto do futuro; c) sistemas perigosos e riscos abstratos; d) desconfiança nos enunciados das temáticas ambientais.

O primeiro deles, a fadiga da atenção, é considerado como a tendência do risco adquirir proeminência midiática, ser incorporado às discussões cotidianas e às representações, ser utilizado politicamente como argumento de política pública ou plataforma de governo e, ao longo do tempo, perder suas potencialidades e reverberações assumindo caráter coadjuvante nas diversas modalidades das esferas pública e privada. Já o desconto do futuro lida com algumas discussões da psicologia social considerando que os agentes atribuem pesos diferenciais à realidade atual e às perspectivas posteriores, onde o presente e suas estruturas eclipsam as possibilidades futuras. Ou seja, há ênfase no predomínio do curto prazo diante de planejamentos que dialoguem com longos prazos.

O outro indicador do Paradoxo de Giddens, sistemas peritos e riscos abstratos, deve ser compreendido a partir das características da sociedade pós-tradicional. Giddens (1991) aponta que a modernidade radicalizada articula-se de forma diferencial em relação a períodos e contextos de predomínio da tradição através de uma série de desdobramentos estruturais. Entre os principais, ressaltamos a separação entre espaço e tempo pelo surgimento de uma fluidez entre localidade e temporalidade; a proliferação de mecanismos de desencaixe, onde as próprias relações sociais são dissociadas de seus locais de interação costumeira; e a incorporação da reflexividade, o constante monitoramento reflexivo da ação que impõe ao conjunto das práticas sociais e institucionais um exame repetitivo e circular, uma ação cognitiva que reproduz e ao mesmo tempo transforma as práticas a partir das informações e características dessas próprias práticas.

Reestruturação espaço-temporal, desencaixe e reflexividade formaram o substrato para que o desenvolvimento da modernidade se baseasse fundamentalmente nas fichas simbólicas e nos sistemas peritos. As primeiras, podemos considerar como os meios simbólicos de troca propícios à circulação que não levam em consideração as características específicas de seus portadores, sejam estes, indivíduos, instituições ou grupos. Já os sistemas peritos emergem descentrados, desencaixados, deslocalizados e despersonalizados, reivindicando legitimidade e competência técnico-científica em determinada área de administração, gestão e produção de saber; forjando a dicotomia inexorável entre leigos e especialistas; possuindo mecanismos exclusivos de admissão baseados na posse de informação específica e no conhecimento de regras e procedimentos; e fundando sua autoridade nos discursos de liderança e competência (Giddens, 1997).

Nesse sentido, a condição de modernidade radicalizada pressupõe a disseminação da confiança em suas fichas simbólicas e em seus múltiplos e complexos sistemas peritos. Os agentes envolvidos em suas vivências cotidianas ou em suas práticas institucionais transformam e reproduzem continuamente essas estruturas, mas sempre perpetuam essa confiança, seja através da elaboração de enunciados (consciência discursiva) ou através de ações não refletidas (consciência prática), restringindo, conseqüentemente, possíveis fontes de desconfiança, de tensão, de insegurança, medo, pavor e pânico, em síntese, extraíndo uma percepção de segurança ontológica, existencial, a partir da confiança no prosseguimento rotineiro da vida social (Giddens, 1989). Tal quadro não implica a não percepção dos riscos inerentes a essa confiança pós-tradicional, pois muito ao contrário, é justamente a condição reflexiva que impõe um desencantamento em relação à peritagem, aos sistemas científicos e às prerrogativas técnicas, fazendo transbordar uma sensação de possibilidade de falha, de imprevisibilidade (Giddens, 1989, 1991, 1997). De fato, podemos considerar nessa perspectiva da imponderabilidade inerente aos sistemas fundantes da segurança ontológica como a caracterização de uma sociedade permeada pela ubiquidade dos riscos, a qual fomenta que os agentes mergulhem em processos de individualização na busca não só de outras fontes de segurança existencial, mas de múltiplas esferas referenciais na construção de suas próprias identidades (Beck, 2010).

A questão fundamental é que a temática ambiental, os dilemas da sustentabilidade e as perspectivas do aquecimento global estão inseridos no amplo leque de possibilidades dessa relação entre confiança e risco, cuja dinâmica é perpassada inexoravelmente pela construção social, simbólica e discursiva determinantes nas formas de decodificação,

percepção e prevenção dos riscos (Beck, 2010). Tais fatos somam-se ainda às possibilidades catastróficas da proliferação nuclear, do terrorismo, das guerras militares generalizadas, das incertezas acerca da genética e da nanotecnologia, do crescimento populacional, e dos eventos geofísicos globais (EGG's), como tsunamis, asteroides ou terremotos, os quais não necessariamente derivam da influência antropogênica (Giddens, 1991, 2009).

Por fim, como último elemento indicador do paradoxo de Giddens emerge a desconfiança e o desencantamento na própria rede de agentes sociais envolvidos na produção dos relatórios do IPCC. De fato, existe uma comunidade científica pluridisciplinar e multinacional desenvolvendo pesquisas acerca das mudanças climáticas, assim como uma miríade de interesses vinculados ao movimento ambientalista, aos pesquisadores céticos, ao movimento verde, às grandes corporações, aos interesses nacionais, às lutas no campo científico, etc., fatores estes que acabam amplificando a desconfiança nas previsões sobre o aquecimento global, geralmente baseadas em cenários prováveis, inferências estatísticas e possibilidades futuras (Giddens, 2009).

Desconto do futuro; fadiga da atenção; riscos abstratos e sistemas peritos; e desconfiança nos enunciados ambientais. ¿São somente estes indicadores que estão envolvidos no paradoxo de Giddens? ¿São estas as categorias explicativas da ausência de ação prática, concreta e cotidiana em relação às ameaças da mudança climática? ¿Seriam estes indicadores generalizáveis para qualquer contexto e para inúmeras possibilidades de sistema social? É a partir destes questionamentos que emergem os eixos de investigação desse trabalho.

A perspectiva da investigação é ir além do Paradoxo de Giddens, considerando este como uma elaboração teórica de importância política relevante, mas que acaba apresentando nexos explicativos generalizantes, universalistas e desprovidos de observações empíricas. A proposta caracteriza-se não só por situar contextualmente as explicações da ausência de ações práticas e concretas em relação à crise ambiental, mas principalmente por construir uma interpretação relacional acerca das próprias noções de natureza, meio ambiente e preservação ambiental. Tais categorias ou conceitos representacionais estão inseridos em sistemas de significação próprios, perpassados por interesses econômicos, por formas de classificação e distinção social, por efervescência de discursos e valorações hierárquicas, por elementos desiguais e assimétricos de formação identitária.

Mais do que isso, a crítica ao Paradoxo de Giddens emerge como a porta de entrada na complexa discussão acerca da própria transformação e ressemantização dos espaços tradicionalmente concebidos como rurais a partir, justamente, das múltiplas significações que a tríade natureza, meio ambiente e preservação ambiental, adquire. A existência ou não de um ethos ambiental, a preocupação com a crise dos ecossistemas, a ausência de ação prática em relação aos debates de mudança climática, devem ser vinculadas às dinâmicas territoriais, aos arranjos políticos, econômicos e sociais de localidades determinadas, a processos de diferenciação entre classes, a todo um complexo interacional de construção de identidades situadas.

Ressignificação do espaço rural

¿O que é o espaço rural? Qual seria a especificidade de uma sociologia rural? Jollivet (1998) desenvolve o argumento que os mecanismos institucionais de formação do arcabouço teórico da sociologia enquanto disciplina científica foram, tradicionalmente, os centros irradiadores de abordagens para os estudos acerca dos fenômenos sociais localizados no campo e que, justamente por isso, não existe uma teoria ou escola de pensamento claramente delineada que reivindique a categoria de sociologia rural. Ao contrário, é o olhar, o ponto de partida, a delimitação do objeto a partir do espaço rural que define as investigações.

Entretanto, tal perspectiva não significa a reprodução de uma dicotomia entre campo e cidade que esteve no cerne da estruturação epistemológica da sociologia. A distinção entre rural e urbano remete às origens do próprio iluminismo como um grande processo de enfretamento dos paradigmas do Antigo Regime, de ampla contestação do absolutismo ao poder da nobreza proprietária de terras, culminando com a ascensão burguesa nos espaços citadinos. Consequentemente, essa polarização entre campo e cidade adquiriu uma série de contornos a partir das estratégias de luta e disputa que marcaram a emergência e a disseminação do modelo de modernidade ocidental, as quais moldaram as nomeações em relação a essas duas categorias. Como aponta Carneiro (2008), o mito fundacional da sociologia rural realmente se constrói a partir da proeminência da cidade sobre o campo, a partir de uma relação de subordinação ancorada nas significações atribuídas ao rural (atraso, conservação, escassez, apatia política, exclusividade das atividades agrícolas, etc.) e ao urbano (velocidade, progresso, dinamismo, palco político, transformação, revolução, etc.). Queiroz (1978) discute exatamente a incorporação desses traços dicotômicos entre campo e cidade na

formação das próprias instituições brasileiras, submetidas às prerrogativas discursivas da modernização europeia.

A abordagem do paper parte do próprio argumento de Queiroz (1978): o de que sempre existiu uma pluralidade de relações dialéticas entre o espaço rural e o espaço urbano, onde momentos históricos e contextos econômicos específicos impuseram relações ora de complementariedade, de imanência mútua, de reciprocidade, de ambiguidade, e conseqüentemente, ora de dependência, onde campo e cidade oscilaram como polos irradiadores de hegemonias. Ponto de vista este que converge com as próprias características fluídas, fragmentadas e contraditórias da modernidade brasileira, as quais impedem que existam categorias tão claramente dicotômicas.

Assim, a utilização do espaço rural como conceito teórico-metodológico no âmbito da investigação o compreende justamente como locus fluído, relacional, multifacetado, plural e constantemente ressignificado por dinâmicas sociais e institucionais, em suma, como um campo possível de ser abordado sociologicamente, mas a partir de formas capazes de conjugar a interdisciplinaridade e a integração das categorias locais, globais, espaciais e temporais (Jollivet, 1998). O que implica a consideração de que o rural não emerge somente como conceito e categoria de pensamento, mas acima de tudo, como uma categoria histórica, uma construção simbólica e discursiva resultante de uma série de processos sociais: “Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – a agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção e consumo, etc.” (Wanderley, 2009, p 215).

Disto decorre a compreensão da ruralidade não como enunciado universal, mas como eixo analítico contextual e relacional, expressivo de uma conjuntura heterogênea de sistemas sociais, culturas e econômicos. Essa linha de raciocínio desloca a abordagem da restrição espacial do campo em oposição ao espaço da cidade, desconstrói a noção de identidade rural fixa, rígida e estereotipada, e passa a operar o rural como eixo de efervescência de construção de identidades, de representações, de composições nos quais os agentes em interação significam e nomeiam continuamente o espaço no qual vivem, conjugando para isso, elementos ambíguos, pertencentes tanto à cidade, quanto ao campo (Carneiro, 1998).

E é exatamente neste aspecto que retomamos as preocupações acerca do paradoxo de Giddens, pois o principal eixo de ressignificação do espaço rural constitui-se como uma explosão de discursos e representações acerca do meio ambiente, da natureza e da preservação ambiental.

“A natureza, principal aglutinador de signos nesse meio, torna-se a base sobre a qual a nova noção de rural se constrói. Deixando de representar um meio de produção, a natureza passa a ser um objeto de contemplação que é valorizado justamente pelas suas características imateriais, objeto de avaliações múltiplas, de caráter subjetivo, mas que integra também uma visão da realidade que é ao mesmo tempo imaginária e operatória (...) serve para classificar e dar sentido ao mundo” (Carneiro, 2008, p 25).

A questão do meio ambiente opera como eixo de enunciação e representação do espaço rural emergente, dialogando com a qualidade de vida inexistente nas metrópoles, com a

presença ubíqua de paisagens exuberantes, com o despertar de sentimentos idílicos relativos a uma tradição perdida nas atividades contemporâneas, com a revalorização do artesanato, das culturas típicas, das festividades, das simplicidades da vida campesina. Na verdade, há inclusive uma rearticulação simbólica de arquétipos anteriormente considerados estigmas, como o rústico, o simples, o manual, etc. O cenário tipicamente pertencente à agricultura e as características consolidadas do mundo agrícola cedem à representação paisagística do todo e ao discurso social da qualidade do que seja essencialmente rural e próximo da natureza (Jollivet, 1998).

Em síntese, ruralidades e urbanidades estão em fluxos discursivos, culturais, e de significação dialógica, apresentando uma ruptura com a concepção essencialista de um ethos rural ou urbano, indicando uma interpenetração entre elementos cidade e campo de forma fluída e intercambiável, constituindo um par de significação dual, múltiplo e relacional (Moreira, 2005).

Territorialidade, localidade e *milieu* econômico: espaços de ressemantização

Dessa forma, ao invés de partimos das noções de continuum rural-urbano, de desaparecimento das especificidades do campo, de proeminência do urbano sobre o rural e de paradigmas acerca do espaço agrícola, preferimos operar com a ruralidade como territorialidade, como sociedade local dotada de história, permeada de referência identitária, material e imaterialmente vinculada as suas dinâmicas específicas. Retomando o argumento de Carneiro (1998, p 60), ao invés da ênfase recair sobre o que seja pertencente ao campo ou à cidade, ao que seja respectivamente sociologia rural ou sociologia urbana, a noção de localidade observa exatamente a construção social das

variadas categorias de representação do espaço: “Como vemos, as noções de *rural* e de *urbano*, assim como a de *ruralidade* e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas.”

A partir da ruralidade concebida de forma mais complexa, não como ponto estático de análise, mas sim como ponto de partida, como objeto referencial do olhar para uma multiplicidade de relações sociais que somente podem ser compreendidas em complexa interação com os fatores acima citados, em síntese, a partir do conceito de localidade, fica evidente que o espaço rural está sendo perpassado por um intenso processo de ressemantização.

Carneiro (2005) aponta que essa perspectiva, essa abordagem da localidade, implica em contínuas formações de identidades, de relações, de construções simbólicas, de relação com a natureza, que não expressam uma ruptura no espaço e no tempo, mas sim a posição social dos atores e os arranjos de interesse entre os grupos.

A partir da perspectiva apresentada por Martins (2010), a noção de território também pode ser desenvolvida a partir da contribuição weberiana do milieu econômico, capaz de subsidiar a reconstrução dos sentidos da ação social de agentes e grupos a partir de interesses localizados e de uma abordagem histórico-territorial. Esse instrumental weberiano enfatiza a especificidade territorial, a complexidade causal da conjuntura, o arranjo determinado pela dinâmica histórica dos lugares, dos espaços, e das estruturas de poderes, articulando assim processos locais e nacionais, juntando as características

ambientais, geográficas, etc. Ou seja, o milieu econômico caracteriza-se como um espaço composto das características e arranjo políticos, socioculturais e econômicos dos locais, constituindo importante referência para a noção de localidade/territorialidade construída no projeto, pois a investigação busca justamente reconstituir os sentidos diferenciados atribuídos às categorias operantes no espaço social a partir da interação e da heterogeneidade dos agentes.

A partir da crítica ao Paradoxo de Giddens como categoria universalista e arbitrária, retomamos os argumentos de que as diferentes noções de natureza reproduzem conflitos sociais e que a própria discussão da preservação dos recursos naturais assume características peculiares nas interações entre indivíduos e grupos no âmbito da localidade. Como aponta Paulino (2005, p 262): “A noção de natureza constitui também uma espécie de categoria operatória que reflete, ao mesmo tempo em que opera, as distinções entre os agentes sociais, contribuindo para a elaboração das identidades locais e expressando formas de organização social distintas.”

Através das concepções de natureza como categoria operatória emergem conflitos e tensões entre grupos locais, lutas classificatórias, discursivas e materiais, as quais demarcam simbolicamente espaços sociais, operacionalizando assim, fronteiras entre grupos de sociabilidade emergentes do recorte do próprio universo social (Paulino, 2005).

Teoria da estruturação e estratégias discursivas

Segundo Moreira (2005), a identidade rural existe na alteridade e a partir de relações significadas culturalmente, mas flui através de assimetrias de poder oriundas dos contextos sociais de produção discursiva. Assim, o autor ressalta a necessidade de incorporar as dimensões de espaço e tempo nas relações sociais pensadas a partir da ruralidade como Espaço biofísico e cultural (localidade, território, ecossistema, moradia, família, etc.) e Tempo biofísico e cultural.

Tal perspectiva dialoga com o arcabouço conceitual da teoria da estruturação do próprio Giddens, cuja especificidade reside em enfrentar a clássica separação entre agência e estrutura através da concepção de uma relação dialógica entre agente humano cognoscitivo e estrutura social, ressaltando assim o descentramento do sujeito, a centralidade das categorias de espaço e tempo, a constância da reflexividade e a interdependência entre consciência prática e consciência discursiva (Giddens, 1989).

De fato, a investigação tem no horizonte superar criticamente a noção do paradoxo de Giddens a partir da própria teoria da estruturação do autor. Nessa abordagem, seu conceito de estrutura a compreende como um conjunto de regras (elementos normativos e códigos de significação) e recursos (impositivos: mobilizados na coordenação das atividades dos agentes humanos; e alocativos: mobilizados no controle de aspectos do mundo material). Regras e recursos que compõem a estrutura formam assim um conjunto de normas, mecanismos e construtos que são mobilizados nas interações, reproduzindo e transformando, estabilizando e modificando as relações sócias através do tempo e do espaço. É assim também que tal estrutura também emerge como dual a partir do caráter recursivo da vida social, da recursividade atuante no espaço-tempo através da repetição e da rotina, estabelecendo uma perpetuação do dia-a-dia que não

significa meramente reprodução estrutural, mas sim a recriação contínua das propriedades estruturais a partir das próprias características que as constituem. A recursividade emerge como conceito que expressa que as atividades não são criadas pelos atores, mas continuamente recriadas através dos próprios meios sociais nos quais estão inseridos, funcionando como um desdobramento reflexivo e social sobre si mesmo, uma autorreferenciação contínua. (Giddens, 1989).

A ressemantização do rural a partir das múltiplas concepções de natureza, meio ambiente e preservação ambiental também opera como eixo de construção identitária diferencial em uma territorialidade específica e ancora-se na teoria da ação inerente ao processo de estruturação dos agentes. Tal perspectiva de agência é composta pelo *monitoramento reflexivo da ação*, o qual compõe a ação cotidiana e refere-se a todos os agentes envolvidos na interação, onde os agentes controlam e monitoram as dinâmicas comunicativas com a expectativa que seu interlocutor também o controle e monitore; pela *racionalização da ação*, a qual se refere aos agentes possuírem uma base teórica comum na comunicação, uma competência mútua de compreensão, uma capacidade de explicação necessária a priori, mas não necessariamente invocada na interação; e pela *motivação da ação*, que explicita que a maior parte das ações cotidianas não são diretamente motivadas, mas sim decorrentes de uma motivação global, de um projeto que geralmente se manifesta apenas em ocasiões ou eventos que escapam à rotina (Giddens, 1989).

A recursividade e a reprodução transformadora da estrutura social não deixam de estar diretamente envolvidas nos processos de significação e identificação, articulando posição espacial, perspectiva temporal e modelos de agenciamento diversos, deslocados,

simbólicos e localizados. Em suma, a estruturação está intimamente ligada aos próprios processos de classificação e distinção social ressaltados no âmbito do projeto. Como apontam Long & Ploeg (2009, p 5): “(...) a agência efetiva requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (...) através de certos pontos fundamentais de interação.” A agência transborda estratégias discursivas que perpassam e ultrapassam a cognoscência dos atores, se referindo a estoques de conhecimentos, regras e recursos disponíveis aos diversos atores sociais: “É importante perceber aqui que o reconhecimento de discursos alternativos usados por ou à disposição dos atores desafiam tanto, por um lado, a noção de que a racionalidade é uma propriedade intrínseca do ator individual como, por outro, a ideia de que esse reconhecimento simplesmente reflete a posição estrutural do ator na sociedade” (Long & Ploeg, 2009, p 6).

Desta forma, a relação entre ator e estrutura perpassada pela teoria da estruturação vincula-se à incorporação das dinâmicas de produção de discursos, de significação, de estratégias de nomeação e de conceitos de classificação do mundo, desdobramento teórico este que liga-se ao questionamento central da investigação: a de que existem motivações mais complexas para a não ação cotidiana dos indivíduos em relação à crise ambiental e a de que é fundamental uma pesquisa sociológica reflexiva para além do paradoxo de Giddens.

METODOLOGIA

O espaço da pesquisa de campo é o município de Brotas, localizado na região central do Estado de São Paulo, a 65 km de distância de São Carlos e a 235 km da capital. A cidade possui 20996 habitantes, sendo 17903 residentes na área urbana e 3093 moradores no espaço rural; pertence à bacia do Jacaré-Tietê e à sub-bacia do Rio Jacaré-Pepira; ocupa 85% de área de afloramento do Aquífero Guarani; e compõe a Área de Proteção Ambiental Corumbataí-Tejupa (Prefeitura Municipal de Brotas, 2011a).

Instrumentos de pesquisa

a) Entrevistas semiestruturadas

Realização de entrevistas com roteiros compostos por questões abertas e fechadas, a serem registradas em áudio, transcritas posteriormente, e por fim, analisadas a partir do referencial teórico-metodológico.

b) Observação direta

Realização a partir da imersão no campo de pesquisa através da participação em reuniões nos Conselhos Gestores da Prefeitura, ONG's e entidades representativas; da visitação de pousadas, albergues, hotéis, sítios e fazendas históricas; de interações tanto com a população local quanto com a população turística.

c) Diários de campo

Realização de anotações diárias acerca das experiências enquanto pesquisador inserido no campo de pesquisa e em constante interação, procurando complexificar a construção

das categorias explicativas de compreensão dos fenômenos sociais no âmbito do projeto de investigação.

d) Levantamento documental

Realização de análises dos documentos acessíveis e produzidos pela Prefeitura Municipal de Brotas, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos sites institucionais da Prefeitura do Município (2011b) e da Secretaria do Turismo (2011) foi possível perceber os enunciados referentes à significação atribuída à cidade: espaço composto de riquezas e belezas naturais preservadas, articulado para assumir o caminho do ecoturismo nacional, vocacionado para a preservação da biodiversidade e o meio ambiente, permeado por uma natureza encantadora de relevo suave e cuevas basálticas. O site da Prefeitura de Brotas (2011b) expõe claramente as construções discursivas que envolvem as políticas públicas e os planos de desenvolvimento municipais: “Essas condições naturais, fazem do município de Brotas, uma das poucas regiões do interior de São Paulo que ainda concilia ambiente natural com os aspectos de uma área quase toda ocupada por uma atividade rural, garantindo-lhe uma forte beleza paisagística, além de apresentar aspectos culturais típicos da comunidade local. (...) Seu potencial natural aliado ao incremento de produtos

e serviços turísticos confere à região um enorme potencial para o ecoturismo e para o turismo rural.”

Dessa forma, Brotas dialoga com representações e realidades pertencentes tanto às especificidades urbanas quanto rurais, emergindo de fato como uma localidade permeada por diversas dinâmicas de significação. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (2011-2013) também aborda a nova vocação turística de Brotas, expondo como que as principais cadeias produtivas - os cultivos de braquiárias, a atividade pecuária, a plantação de cana-de-açúcar, de laranja e de eucalipto - apesar de exercerem importante participação no PIB municipal e de empregarem razoável contingente da mão-de-obra local, estão sendo ressignificadas e reorientadas: “Desta forma acreditamos que o que move hoje o CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) assim como a comunidade local, é a fuga da monocultura e o retorno à diversificação da produção.” (Prefeitura Municipal de Brotas, 2011 a, p 17). De fato, segundo dados deste mesmo documento (p 11), a participação no valor adicionado relativo ao PIB caracteriza-se por ser 30,79% relativo à agricultura, 11,99% relativo à indústria e 57,22% relativo aos serviços, indicando de fato uma reorientação para as atividades relativas ao ecoturismo como um todo.

A importância das atividades turísticas é de tamanha magnitude em Brotas que o município foi pioneiro na elaboração da Lei Municipal Nº 1874/2003 que dispõe sobre o Licenciamento Turístico Ambiental, licenciando e regulamentando as “(...) atividades turísticas utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas afetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do ambiente (...) (Prefeitura Municipal de Brotas, 2011 d, p 1). Este mesmo documento dialoga com as questões relativas ao desentaxamento do espaço-

temporal e à sociedade de risco, justamente quando expõe um controle e monitoramento contínuos das atividades ambientais a partir de projetos e pesquisas, e exprime as possibilidades de acidentes nas condições de regulamentação e implantação das atividades turísticas.

A questão da entrada da política da mudança climática na agenda política municipal, articulando mecanismos de governança descentrados e deslocalizados evidencia-se no Decreto Municipal Nº2.923/2008 (2011 c) que dispõe sobre o controle e a redução de emissão de gases de efeito estufa através da regulamentação e contínuo monitoramento das condições da frota de veículos municipais, estimulando também o uso de combustíveis ecologicamente sustentáveis.

Por outro lado, a Lei da Política do Meio Ambiente de Brotas (2011 e) associa claramente a preservação do meio ambiente equilibrado às condições de qualidade de vida da população, tratando de amplos temas como a educação ambiental, a proteção de áreas de conservação, a repartição dos danos ambientais que eventualmente sejam causados por pessoas físicas ou jurídicas, a participação direta do cidadão e das entidades da sociedade civil na defesa do meio ambiente, etc.

Desta forma, a pesquisa de campo na cidade de Brotas tem como perspectiva abarcar o maior número de atores sociais envolvidos nos processos de significação do próprio município e das concepções de natureza, meio ambiente e preservação ambiental, compondo: diferentes perfis de classe, renda, formação educacional, ocupação, raça e gênero; e a multiplicidade de informantes específicos das características da localidade (guias turísticos, gerentes de hotéis, donos de pousada, gestores municipais, membros

de organizações não-governamentais, turistas, população local. etc.). Complementando os horizontes analíticos do projeto e no tocante principalmente ao objetivo de elaboração do mapa das relações sociais do município, a imersão no campo também tem como meta explorar as atividades de turismo rural, como as atividades de técnicas verticais, as atividades aquáticas, as atividades na terra; assim como os espaços de sociabilidade: pousadas, hotéis de alto padrão, albergues, feiras de artesanato, fazendas históricas, o centro cultural, a Associação de Amigos da Cultura de Brotas, etc.

CONCLUSÕES

O artigo procura problematizar o Paradoxo de Giddens e seus indicadores; discute algumas perspectivas epistemológicas da própria sociologia rural situando-a contemporaneamente na abordagem de espaços rurais como locus de construção de identidades relacionais; enfatiza as transformações de sentido do campo/rural operacionalizadas pelas concepções de natureza, meio ambiente e preservação ambiental; coloca a abordagem desses processos na perspectiva da territorialidade como eixo referencial da construção de sentidos dessas categorias; circunscreve a pesquisa de campo ao município de Brotas-SP por este aglutinar uma série de características intimamente ligadas ao arcabouço conceitual trabalhado; e por fim, a partir da própria teoria da estruturação de Anthony Giddens, procura elaborar objetivos e métodos de pesquisa capazes de fornecer elementos de compreensão sociológica para a amplitude dos temas abordados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beck U. 2010. *Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, São Paulo: 368 p
- Carneiro M J. 1998. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*,11: 53-78
- Carneiro M J. 2005. Apresentação. Em: Moreira R J (org.), *Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. DP&A, Rio de Janeiro: 320 p
- Carneiro M J. 2008. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*, 2(1): 9-38
- Giddens A 1989. *A constituição da sociedade*. Martins Fontes, São Paulo: 305 p
- Giddens A. 1991. *As Consequências da Modernidade*. Editora UNESP. São Paulo:177 p
- Giddens A . 1997. A vida em uma sociedade pós-tradicional. Em: Giddens A, Beck U & Lash S (orgs), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na ordem social moderna*. Editora UNESP, São Paulo: 268 p
- Giddens A. 2010. *A Política da Mudança Climática*. Zahar, Rio de Janeiro:
 - 316 p
- Jollivet ML. 1998. A “vocação atual” da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro, 11: 5-25
- Long N & Ploeg J D Van der. 2009. *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. Longman, England: 62-90

- Martins RC. 2010. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. *34º Encontro Anual da Anpocs*. GT 19. Metamorfoses do Rural Contemporâneo. Outubro.
- Martins RC. 2008. Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos. *Oficina do CES* (Centros de Estudos Sociais), Coimbra, agosto, 312: 27 p
- Martins RC . 2011. O paradoxo de Giddens. *Contemporânea*, Revista de Sociologia da UFSCar: 237-244
- Moreira R J (org.) 2005. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. DP&A, Rio de Janeiro: 14-40
- Prefeitura Municipal de Brotas. 2011 a. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2010-2013. Município de Brotas
- Prefeitura Municipal de Brotas. 2011 b. Site Institucional. Disponível em: <http://www.brotas.sp.gov.br> Acesso em: 16 de setembro de 2011.
- Prefeitura Municipal de Brotas. 2011 c. Decreto Municipal nº2923/2008 de 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle e a redução de emissão de gases de efeito estufa. Disponível em:
 - http://www.brotas.sp.gov.br/view_leis.php?categoria=Leis%20e%20Decretos%20Ambientais Acesso em: 15 de setembro de 2011
- Prefeitura Municipal de Brotas. 2011 d. Lei Municipal nº1874/2003 de 11 de junho de 2003. Dispõe sobre o Licenciamento Turístico Ambiental (LTA) das atividades e empreendimentos turísticos no município de Brotas, Estado de São Paulo.
- Disponível em:

- http://www.brotas.sp.gov.br/view_leis.php?categoria=Leis%20e%20Decretos%20Ambientais Acesso em: 15 de setembro de 2011
- Prefeitura Municipal de Brotas. 2011 e. Proposta de Lei da Política do Meio Ambiente de Brotas. Projeto de Lei nº0000/2010. Disponível em:
- <http://www.brotas.sp.gov.br/eventos.php?id=112> Acesso em: 15 de setembro de 2011
- Queiroz MIP de. 1978. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. Em: Queiroz M I P de. *Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil*. EDUSP, São Paulo: 314 p
- Quivy R & Campenhoudt L Van. 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Lisboa: 282 p
- Secretaria do Turismo de Brotas. 2011. Site oficial do turismo de Brotas. Disponível em: <http://secturbrotas.blogspot.com/>. Acesso em: 17 de setembro de 2011
- Paulino SM. 2005. As Cidades e as Serras. Espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. P 255-274 Em: Moreira R J (org.) *Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. DP&A, Rio de Janeiro
- Wanderley M de N B. 2009. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. P 203-163 Em: Wanderley M de N B, *O Mundo Rural como um Espaço de Vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. UFRGS Editora, Rio Grande do Sul